

Diário da Assembléia

Nº 2.998

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 8ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Março de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Helio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Arizone Araújo — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Arthur de Souza — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM — 9-74

Curitiba, 7 de março de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, na forma que especifica, denominações de vagas de oficiais nos quadros de especialistas da Polícia Militar do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois ensejará condições legais a fim de que, no Quadro de Especialistas em Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado, sejam previstas vagas que viam permitir o processamento de promoções de oficiais integrantes daquele Quadro, já com interstício legal completo.

Por outro lado, vale ressaltar que a proposição formulada não modifica o efetivo da Polícia Militar do Estado, eis que, tão somente transforma vagas já existentes na Corporação. Convém, ainda, destacar que a Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão do Ministério do Exército, foi ouvida e pronunciou-se favoravelmente à medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam alteradas, como abaixo se menciona, as denominações das vagas de oficiais nos quadros de especialistas, criada pela Lei Estadual n.º 5 797-68, não preenchidas na Polícia Militar do Estado.

N.º de Vagas	Posto	Especialidade	Nova Especialidade
1	Capitão	Capelão	Polícia Rodoviária
1	Capitão	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1	1.º Tenente	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1	1.º Tenente	Farmacêutico	Polícia Rodoviária
1	2.º Tenente	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1	2.º Tenente	Farmacêutico	Polícia Rodoviária
3	2.º Tenente	Comunicações	Polícia Rodoviária
1	1.º Tenente	Comunicações	Polícia Rodoviária

Art. 2.º — Esta Lei não altera o efetivo da Polícia Militar do Estado e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nrs 301, 303, 307, 323 e 318-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs:

164-73:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 72-73, a qual objetiva introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10-01-72, que criou o FUNRESTRAN, e, convertido em Lei, tomou o n.º 6.470. — **Agradeça-se.**

81-73:

Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.469. — **Agradeça-se.**

183-73:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 74-73, que encaminha anteprojeto de Lei que visa majorar para 3 salários mínimos, fixado para a Capital do Estado, os valores das pensões de que tratam as Leis nrs. 4.763, de 5-11-63 e 54-63, de 22-11-63 e Artigo 2.º da Lei n.º 5.155, de 16-06-65, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.468. — **Agradeça-se.**

64-73:

Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho, com sede na cidade de mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.466. — **Agradeça-se.**

48-73:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 48-73, encaminhando anteprojeto de Lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituido de área de terreno com antigas edificações, situados nas ruas Emiliano Pernetta esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.467. — **Agradeça-se.**

43-71:

Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.471. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 324-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º:

45-73:

Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, tendo o veto apostado incidido sobre as expressões "16" e "Artigo 16, Parágrafo Único". — **A C.C.J.**

Sob os nrs. 302, 304, 319, 320, 321, 322 e 325-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nrs.:

61-73:

Do Senhor Deputado Muggiati Filho, que dispõe sobre a fixação do número de Vereadores às Câmaras Municipais, nos limites que especifica. — **A C.C.J.**

44-73:

Do Senhor ex-Deputado Armando Queiroz, que visa transferir para a Circunscrição de Trânsito de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. — **A C.C.J.**

89-72:

Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um Curso Científico no Ginásio Estadual Santa Izabel do Ivaí, no Município do mesmo nome. — **A C.C.J.**

122-72:

Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). — **A C.C.J.**

147-72:

Do Senhor Deputado Arizone Araújo, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. — **A C.C.J.**

186-72:

Dos Senhores Deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont, que visa estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari. — **A C.C.J.**

62-73:

Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa proceder através da Secretaria dos Transportes, o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. — **A C.C.J.**

Sob o n.º 10-74, do Senhor Governador do Estado, encaminhando a esta Casa, 50 (cinquenta) exemplares da Mensagem lida por ocasião da abertura da Quarta Sessão Legislativa, da Sétima Legislatura. — **A C.C.J.**

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade estadual, através do D.E.R., construa uma nova ponte sobre o Rio Claro, na estrada que liga a sede do Município de Mallet à estância hidromineral de Dorizon.

Justifica-se o presente Requerimento, Senhor Presidente, pelo fato de que a atual ponte, edificada no local, encontra-se em péssimo estado de conservação, não permitindo sequer reparos, ameaçando ruir a qualquer momento, pondo em risco a vida de seus transeúntes.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1974

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, depois de ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária de sexta-feira próxima, dia 15, de vez que a maioria dos Parlamentares seguirá viagem com destino a Brasília, a fim de representar este Poder, nas solenidades de posse dos novos Presidente e Vice-Presidente da República, além da investidura do Senador Ney Braga, no Ministério da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1974

(a) Ivo Thomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. a fim de comunicar que o nobre Deputado Haroldo Bianchi declinou de sua indicação para a Comissão de Finanças por motivos inteiramente pessoais, sendo indicado para substituí-lo o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Sendo o que me compete manifestar, reitero a V. Exa. meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) Luiz Roberto Soares

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 16-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1974.

(a) Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, pelo fato de que a Prefeitura do citado Município não se encontra com capacidade para arcar com as obrigações de conservação da referida estrada, mercê os seus poucos rendimentos.

A estadualização da mesma em quase nada agravará a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, pois o comprimento desta Rodovia não excede os 35 quilômetros.

Com o acatamento ao Plano em tela em muito se beneficiaria o Município de Mallet que melhor poderia escoar a sua produção, ora prejudicada, pelas más condições desta estrada, tendo apenas que se valer de um único local de vazão, qual seja, a Rodovia que demanda a Paulo Frontin.

Projeto de Lei n.º 17-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurado o direito de ocupação da Tribuna da Assembléia Legislativa, de cidadãos radicados no Estado e que sejam portadores de assuntos de real interesse da coletividade.

Art. 2.º — Nas Sessões realizadas às sextas-feiras a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa reservará 10 minutos que poderão ser utilizados por pessoas que não sejam Deputados, dentro do que preceitua o artigo anterior.

Art. 3.º — A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa nomeará uma Comissão Permanente de 3 Deputados, que ficarão incumbidos de receber as inscrições dos interessados, fazendo se constar o tema a ser abordado. O critério para a fixação da data de participação do interessado se dará de acordo com a importância do assunto a ser enfocado no Legislativo.

Art. 4.º — A Mesa Executiva baixará instruções visando a fiel observância da presente Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1974.

(a) Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a leitura do Expediente.

Cumpra-me a grata satisfação de registrar a presença neste Plenário do nobre Deputado Federal, Antônio Anibelli.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Seremos breves, com o propósito único de justificar aqui um Projeto de nossa autoria, encaminhado ao ilustre Sr. 1.º Secretário Dr. Jorge Sato, através do qual, se aprovado pelos nobres Deputados, o povo terá o direito de tomar uma participação mais ativa nos trabalhos desta Casa de Leis.

Ninguém pode negar que há um comentário que vem de há muito tempo, segundo o qual, nem sempre as decisões do Legislativo sintetizam o pensamento da opinião pública. Mas, na verdade, toda e qualquer Casa de Leis, é sempre composta por legisladores providos das mais diferentes camadas da população. Mas, mesmo assim, procuramos dentro desse nosso Projeto, se vier a ser aprovado, pela Assembléia, permitir que doravante o povo tenha o direito de ocupar esta mesma Tribuna, levantar a sua voz, trazer os problemas que o afligem, ocupando durante 10 minutos, na Sessão das sextas-feiras, esta Tribuna, para abordar assuntos que realmente sejam de grande interesse da coletividade paranaense.

Mas, houve também a nossa preocupação de que a Mesa Executiva determine a criação de uma Comissão permanente de 3 Deputados, que ficarão incumbidos de receber as inscrições dos cidadãos interessados em ocupar a Tribuna da Assembléia, devendo, durante o ato de inscrição dizer qual o tema que pretende aqui abordar. Esta uma preocupação para evitar, se eventualmente esta Lei for aprovada, que alguém venha a ocupar a Tribuna, traga assunto sem qualquer expressão ou sem maior significado para a vida do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, é este o Projeto que estamos submetendo à apreciação da Assembléia. E temos certeza, que a Assembléia abrindo mão de 10 minutos, uma vez por semana, em sua Sessão, para que o nosso povo aqui venha trazer os assuntos que sejam realmente de grande alcance da coletividade, nós estaremos dando mais um grande passo para mostrar ao Brasil e ao mundo de que esta é a Casa do povo; de que aqui fala mais alto o interesse do povo; de que aqui nesta Casa o povo tem o seu direito preservado, de gritar por aquilo que está errado e comentar os diversos assuntos de tão grande importância. Este o Projeto para o qual nós solicitamos o apoio dos Srs. Deputados, porque temos certeza de que a Assembléia, cedendo 10 minutos, pelo menos uma vez por semana, para que as pessoas que não sejam Deputados, aqui venham também participar conosco da nossa luta, pelo engrandecimento do Paraná; estamos dando uma grande contribuição para a democracia brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-73, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educadora "Rainha das Missões", da cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 105-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do respectivo Município. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 44-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 9 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Dep. Quilse Crisóstomo da Silva — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 105-73

Cumprindo determinação constitucional, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Casa, para dela colher aprovação, cópia autêntica de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

A proposição atende às determinações constitucionais e legais bem como às regimentais. Nestas condições, somos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Dep. Quilse Crisóstomo da Silva — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Resolução n.º 44-73

SÚMULA: — Aprova o Convênio celebrado em 9 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

PARECER

O presente Projeto de Resolução, ora em exame por esta Comissão, foi apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao examinar a proposição n.º 105-73, visando aprovar o Convênio celebrado em 9 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Não havendo qualquer óbice no âmbito desta Comissão, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Gilberto Carvalho — Relator.

Comissão de Polícia

PARECER

Ad Projeto de Resolução n.º 44-73 — Ex-Proposição n.º 105-73

1 — O presente projeto de resolução, ora em exame, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 30-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

2 — Quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro, esta proposição já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito, objeto do estudo nesta Comissão, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

ARTHUR DE SOUZA — Relator

MENSAGEM 30-73

Senhor Presidente.

Curitiba, 22 de março de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 9 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Guaratuba, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Guaratuba — Est. do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de mil e novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Miguel Jamur, Prefeito Municipal de Guaratuba, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Guaratuba, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento do combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência.

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de fevereiro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

MIGUEL JAMUR — Prefeito Municipal

TESTEMUNHA:

as. ilegível

as. ilegível

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 48-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 143-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 48-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE,

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, em 11 de abril de 1973; Céu Azul, em 26 de março de 1973; Faxinal em 05 de abril de 1973; Pinhalão, em 03 de abril de 1973, e Querência do Norte, em 10 de abril de 1973, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N. 143-73

SUMULA: Mensagem Governamental n.º 51-73, encaminhando cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

PARECER

A presente Proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 51-73, encaminhando a este Poder Legislativo cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

A proposição é esboçada, tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual, e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22, inciso VII da mesma Constituição.

Assim, opino pela APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.6-73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

e mais 4 as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

Ao Projeto de Resolução n.º 48-73 — Ex-Proposição n.º 143-73

1 — O projeto ora em exame, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 51-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Sobre o aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

as. ilegível

Comissão de Polícia

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 48-73

Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, conforme específica.

PARECER

O Projeto de Resolução em testilha, ex-Proposição n.º 143-73, visa aprovar Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública e os Municípios de Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

Esta Comissão no âmbito que lhe é próprio, opina pelo Acolhimento do Projeto, respaldado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Legislativo a competência de aprovar Convênios celebrados pelo Governo do Estado, conforme concluiu a Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

ARTHUR DE SOUZA — Relator

mais 3 as. ilegíveis

MENSAGEM N. 51-73

Curitiba, 29 de maio de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Go-

verno do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados. Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ernani Hartmann, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município, no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 15 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetivos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis às atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 11 de abril de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública
HERNANI HARTMANN — Prefeito Municipal de Leônidas Marques

TESTEMUNHAS:

ass. ilegível

ass. ilegível

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

Termo de Convênio, que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Céu Azul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário, presentes o Sr. Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Nilo Umberto Deitos, Prefeito Municipal de Céu Azul, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações, do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Céu Azul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgão competentes locais;

II — Pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, em 26 de março de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Nilo Umberto Deitos — Prefeito Municipal de Céu Azul
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Querência do Norte, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dez dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Paulo Konrath, Prefeito Municipal de Querência do Norte, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Querência do Norte, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específico, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 10 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Paulo Konrath — Prefeito Municipal de Querência do Norte

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 197-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria

de Segurança Pública e os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO N.º 197-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 57-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Enquadram-se os referidos Convênios na competência deferida ao Senhor Governador, nos termos do artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o artigo 22, inciso VII, da mesma constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar os aludidos Convênios, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56-73

P A R E C E R

O Projeto de Resolução enfocado, visa aprovar os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela acolhida do Projeto.

Quanto ao aspecto financeiro, que a esta Comissão compete examinar, não vemos porque negar a sua aprovação.

Pela APROVAÇÃO do Projeto em testilha.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18-09-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56-73

AUTOR: — Comissão de Constituição e Justiça

De autoria da Comissão de Justiça da Casa, a presente proposição aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Do ponto de vista desta Comissão o Projeto está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Ass. ilegível — Relator

Assinaturas ilegíveis)

MENSAGEM

57-73

Curitiba, 11 de julho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
ESTADO DO PARANÁ**

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 28 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Ruaro, Prefeito Municipal de Alto Piquiri, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 20-73 de 25 de maio de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razão administrativa, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara de Vereadores Municipal, ou seus órgãos;

b) — Diretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas ou externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por assim estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 28 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública

Luiz Ruaro — Prefeito Municipal de Alto Piquiri

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÈRE

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ampère, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 9 (nove) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Romildo Bortoli, Prefeito Municipal de Ampère, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição do Paraná e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objeto do Convênio: — Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atender à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações: — A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio: — A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ampère, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação: — As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia: — O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência: — Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio: — Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município e a Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de abril de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança.

ROMILDO BORTOLI — Prefeito Municipal de Ampère (PR).

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Astorga, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Ricieri Resqueti, Prefeito Municipal de Astorga, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Objeto do Convênio: — Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Definições e legislações: — A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Da Execução do Convênio: — A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Astorga, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA:

Da Contribuição e Delegação: — As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA:

Prazo e denúncia: — O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA:

Vigência: — Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Celeridade do Apoio: — Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 04 de junho de 1973.

General MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública.

RICIERI RESQUETTI — Prefeito Municipal de Astorga.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIARAÇA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Guaiaraça e a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 4 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três,

no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Caetano Ruiz Neto, Prefeito Municipal de Guaiaraça, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental datada de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 12-73 de 14 de maio de 1973, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos e entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, polícia técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Guaiaraça, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 04 de junho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

CAETANO RUIZ NETO — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Iretama, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezessete (17) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Wassilio Mamus, Prefeito Municipal de Iretama, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos e entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento

— A Prefeitura Municipal de Iretama, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e complementos revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 17 de maio de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

WASSILIO MAMUS — Prefeito Municipal da Iretama

TESTEMUNHAS:

José Maria do Nascimento — Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAISSANDU

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paissandu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia Local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João da Luz Lima, Prefeito Municipal de Paissandu,

tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual o Artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos e entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento

— A Prefeitura Municipal de Paissandu, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendido na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 04 de junho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOÃO DA LUZ LIMA — Prefeito Municipal de Paissandu

TESTEMUNHAS:

José Maria do Nascimento — Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Realeza, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze (15) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta

e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Maria Corrêa, Prefeito Municipal de Realeza, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a

integrado Estado-Município no campo da manutenção da ordem com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos e entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Realeza, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais.

II — Pneus e complementos revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos legais, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de maio de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOÃO MARIA CORREIA — Prefeito Municipal de Realeza

TESTEMUNHAS:

José Maria do Nascimento — Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Senhor Eduardo Bertoni Junior, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem; com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da

tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover.

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou,

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgão componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUINTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de maio de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Eduardo Bertoni Junior — Prefeito Municipal de Salto do Itararé

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Inês - Pr., com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos seis (06) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Inês - Pr., presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Afro Filho, Prefeito Municipal de Santa Inês, tendo em vista o que preceitua o Artigo 177 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

Diário da Assembléia

Nº 2.998

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk —

Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni —

Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) —

Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse

Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.